

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2022

REGISTRO DE PREÇO

Município de Vitória das Missões (RS)

Edital de Pregão Eletrônico Nº 3/2022

*Tipo de julgamento: **Menor preço por item - Unitário***

Edital de Pregão Eletrônico para o REGISTRO DE PREÇOS de Aquisição de pneus novos para atender as necessidades das Secretarias Municipais e Gabinete do Prefeito.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VITÓRIA DAS MISSÕES - RS torna público pelo presente Edital de Pregão Eletrônico, que as **08:00** do dia **04 de março de 2022**, na sala de reunião do Prédio da Prefeitura Municipal de Vitória das Missões, situado na Avenida Sete Povos, nº 2033, Centro, se reunirão o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 367/2021, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação para o **REGISTRO DE PREÇOS** de Aquisição de pneus novos para atender as necessidades das Secretarias Municipais e Gabinete do Prefeito, conforme relação constante no ANEXO I, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, e do Decreto Municipal nº 1.613/2009, e no que couber, Lei nº 8.666/93, além das condições e obrigações previstas neste Edital.

A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no seguinte endereço: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, no dia 04 de março de 2022, às 08 h e 00min, podendo as propostas e os documentos serem enviados até as 07 h e 00 min, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

1. OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de pneus novos para atender as necessidades das Secretarias Municipais e Gabinete do Prefeito, bem como para atender 1 Conforme art. 48, inciso I, da Lei Complementar 123/2006, alterado pela Lei Complementar 147/2014. as necessidades das Secretarias Municipais, conforme especificações e quantidades constantes no ANEXO I deste Edital.

1.2. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, ANEXO IX, e nas condições previstas neste Edital.

1.3. As quantidades dos materiais constantes do ANEXO I são estimativas do consumo semestral, portanto não representam obrigação de aquisição pela Administração, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do item, sendo assegurado ao detentor do Registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.3.1. As quantidades constantes no ANEXO I serão liberadas gradativamente, de acordo com as necessidades da Administração (Secretarias e Gabinete).

1.4. Os preços registrados neste procedimento terão validade de 12 (doze) meses, a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços.

1.5. A Prefeitura Municipal de Vitória das Missões, através do Departamento de Compras, monitorará os preços dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, convocando os fornecedores para negociar novos valores.

1.6. Todos os órgãos da Administração Pública Municipal de Vitória das Missões deverão utilizar-se do presente Registro de Preços.

1.7. Nos termos do Art. 10 do Decreto Municipal 1.613/2009, poderá ser prorrogado o prazo da vigência do Registro de Preços por período igual ou inferior ao originalmente estabelecido.

1.8. As quantidades constantes neste edital são uma estimativa, podendo ocorrer em quantidade inferior

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1 Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

2.2 As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> ou solicitadas por meio do seguinte endereço de email: compras@pmvm.rs.gov.br.

2.3. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

2.3.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

2.3.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

2.3.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

2.3.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na

forma eletrônica;

2.3.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3. ENVIO DAS PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO HABILITAÇÃO

3.1 As propostas e os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando os itens 4 e 5 deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

3.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

3.2.1 O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, como condição de participação;

3.2.2 O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/ 2006, como condição para aplicação do disposto no item 9, deste edital.

3.3. Eventuais outros documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

4. PROPOSTA

4.1. O prazo de validade da proposta é de 60 dias, a contar da data de abertura da sessão do prego, estabelecida no preâmbulo desse edital.

4.2. Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, observando as diretrizes do Anexo II – Modelo de Proposta Comercial e de planilha de quantitativos e custos unitários com a indicação dos valores unitários e total, englobando os custos de material e mão de obra, bem como a tributação e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas, que deverão ser detalhados em planilha de quantitativos e custos unitários.

4.3. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão encaminhar documentos com timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação.

5. DOCUMENTOS HABILITAÇÃO

5.1. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá enviar os seguintes documentos, observando o procedimento disposto no item 3 deste Edital:

5.1.1. Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/2002;

5.1.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.1.3 REGULARIDADE FISCAL:

a) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;

b) prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);

c) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

d) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

e) prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

f) Comprovante impresso de Regularidade do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no site <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>; g) Comprovante de idoneidade, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU. (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>);

h) Comprovante do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

5.1.4 REGULARIDADE TRABALHISTA:

a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

5.1.5 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento;

5.2. Para as empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

5.2.1. A substituição somente terá eficácia em relação aos documentos que tenham sido efetivamente apresentados para o cadastro e desde que estejam atualizados na data da sessão, constante no preâmbulo.

5.2.2. Caso algum dos documentos obrigatórios, exigidos para cadastro, esteja com o prazo de validade expirado, o licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

5.1.6 Qualificação Técnica:

a) - Declaração do Fabricante dos pneus novos (marca cotada), de que possui no território brasileiro, corpo técnico responsável para análise de qualquer tipo de garantia e, de que, no caso de acionamento, a reposição do produto se dará no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas. Ressalta-se que esta declaração deverá ser apresentada pelo fabricante e não pela distribuidora ou revendedora.

b) - Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal, emitido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, comprovando que o fabricante dos pneus novos, atende ao CONAMA, especialmente à Resolução nº 416, de 30 de setembro de 2009.

c) - Comprovante de Registro no INMETRO do fabricante dos pneus novos, câmaras e protetores. Exceto para pneus tipo OTR – Fora de Estrada onde a certificação é compulsória.

6. ABERTURA SESSÃO PÚBLICA

6.1 No dia e hora indicados no preâmbulo, o pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

6.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 2.3.2 deste Edital.

6.3. A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

6.4. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.

7. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

7.2. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) forem omissas em pontos essenciais;
- c) contiverem opções de preços ou marcas alternativas ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

7.3. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

7.4. As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.5. Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

7.6.1 O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

7.6.2. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.6.3. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.6.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de 1,00(um real), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta

8. MODO DA DISPUTA

8.1. Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances

públicos e sucessivos, com prorrogações, observando as regras constantes no item 7.

8.2. No modo de disputa aberto, de que trata o inciso I do caput do art. 31, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.3. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o caput, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

8.4. Caso não haver novos lances na forma estabelecida no caput e no § 1º, a sessão pública será encerrada automaticamente.

8.5. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.6. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

9. CRITÉRIOS DE DESEMPATES

9.1. Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado a declaração, de que trata o item 3.2.2 deste Edital;

9.1.2. Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

9.1.3. Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 9.1.2 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.

9.1.4. O disposto no item 9.1 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

9.2. Se não houver licitante que atenda ao item 9.1 e seus subitens, serão observados os critérios do art. 3º, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

9.3. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas, de acordo com o art. 45, § 2º, da Lei nº 8.666/1993

10. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

10.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

10.2. A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares constantes no Anexo I, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive nova planilha de custos adequada ao último lance ofertado, ou ao valor negociado, conforme o caso, e demais que sejam solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 3.3 deste Edital.

10.3. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

10.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

11. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos de habilitação, de que tratam os itens 5.1 e 5.2, enviados nos termos do item 3.1, serão examinados pelo pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

11.2. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 3.2.2 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

11.3. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

11.4. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

12. RECURSO

12.1. Declarado o vencedor, ou proclamado o resultado sem que haja um vencedor, os licitantes poderão manifestar justificadamente a intenção de interposição de recurso, em campo próprio do sistema, sob pena de decadência do direito de recurso.

12.2. Havendo a manifestação do interesse em recorrer, será concedido o prazo de 3 (três) dias consecutivos para a interposição das razões do recurso, também via sistema, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

12.3. Interposto o recurso, o pregoeiro poderá motivadamente reconsiderar ou manter a sua decisão, sendo que neste caso deverá remeter o recurso para o julgamento da autoridade competente.

12.4. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

13.3. Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

14. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Após homologado o resultado deste Pregão, o Órgão Gerenciador solicitará ao primeiro fornecedor classificado e, se for o caso, aos demais classificados que aceitarem fornecer pelo preço do primeiro, obedecida à ordem de classificação e os quantitativos propostos, a formalização da correspondente Ata de Registro de Preços, conforme dispõe os subitens 14.1.1 e 14.1.2.

14.1.1. O Órgão Gerenciador enviará ao fornecedor a correspondente Ata de Registro de Preços para assinatura, por e-mail, com aviso de recebimento.

14.1.2. O fornecedor deverá encaminhar ao Órgão Gerenciador a respectiva Ata de Registro de Preços, devidamente assinada, no prazo de cinco dias úteis, contados da data de recebimento, encaminhada via e-mail.

14.1.3. No caso de o primeiro fornecedor classificado não assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das punições previstas neste Edital e em seus Anexos, o Órgão Gerenciador poderá, mantida a ordem de classificação, negociar com a licitante seguinte, antes de efetuar o Registro de Preços.

14.2. Publicada, a Ata de Registro de Preços terá efeito de compromisso de fornecimento.

14.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida. Não obstante, é assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

15. PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado conforme a entrega dos produtos, num prazo de 30 dias, a contar do recebimento da fatura/nota fiscal e da autorização/liberação de aquisição por parte do órgão repassador, devidamente aprovada pelo servidor responsável pela fiscalização da Ata de Registro de Preços .

15.2 A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo e o número do pregão, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

15.3 A despesa orçamentária prevista para utilização nesta aquisição é oriunda de orçamento próprio da secretaria requisitante.

15.4 A entrega deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento da REQUISIÇÃO DE COMPRAS, sob pena de incidência das penalidades descritas no item 16, podendo inclusive ser considerada inexecução contratual.

16 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS/PENALIDADES

16.1 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor do último lance ofertado;

b) manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;

c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 anos e multa de 10% sobre o valor do último lance ofertado;

d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

e) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 10 (dez) dias, após os quais será considerado inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;

f) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 3 (três) anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

g) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 (cinco) anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.

16.2 As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

16.3 Não serão efetuados pagamentos pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual

17 - OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

17.1 A vencedora deverá observar durante a execução do contrato as normas técnicas aplicáveis ao fornecimento do objeto deste edital.

17.2. Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições comprovadas na fase de habilitação; 17.3. Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;

17.4. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme prevê o Art. 65, § 1º, da Lei Nº 8.666, de 21/6/1993 e legislação subsequente.

18 - OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

18.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

18.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no seguinte sítio eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

19 - - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

19.1. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, sobre o valor inicial contratado.

19.2. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

19.3. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993).

19.4. Só terão direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados e os membros da Comissão Permanente de Licitações.

19.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Santo Ângelo para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Vitória das Missões (RS), 17/02/22.

CORNÉLIO LUÍS GRIMM,
Prefeito Municipal.

Este edital se encontra examinado e aprovado pelo Procurador Jurídico.

Em ____ / ____ /2022.

Procurador Jurídico/Assessor Jurídico
OAB/RS

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE PROPOSTA FINANCEIRA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2022

RAZÃO SOCIAL: _____

**DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS
SECRETARIAS MUNICIPAIS E GABINETE DO PREFEITO**

| Item | Descrição | Unid. | Estimativa | Valor de referência | Marca |
|------|-------------------------------------|-------|------------|---------------------|-------|
| 1 | Pneu 225/50 R17 | UN | 10,0 | 915,00 | |
| 2 | Pneu 14.9x28 - 08 lonas TM | UN | 10,0 | 4.257,00 | |
| 3 | Pneu 23.1x30 12 lonas TM | UN | 10,0 | 8.852,00 | |
| 4 | Pneu 13.00-24 12 lonas | UN | 10,0 | 4.600,00 | |
| 5 | Pneu 18.4x34 12 lonas TM | UN | 10,0 | 6.815,00 | |
| 6 | Pneu 750/16 10 lonas - Agrícola | UN | 12,0 | 1.010,00 | |
| 7 | Pneu 900/16 10 lonas - Agrícola | UN | 10,0 | 1.241,00 | |
| 8 | Pneu 18.4x30 TM 12 lonas - Agrícola | UN | 12,0 | 6.208,00 | |
| 9 | Pneu 12/16-5 L2 10 lonas | UN | 12,0 | 1.875,00 | |
| 10 | Pneu 10.5/65.16 - 16 lonas | UN | 14,0 | 1.487,00 | |
| 11 | Pneu 19.5x24 L2 12 lonas | UN | 10,0 | 5.533,00 | |
| 12 | Pneu 175.70 R13 | UN | 20,0 | 417,00 | |
| 13 | Pneu 275.80 R22.5 borrachudo | UN | 32,0 | 3.049,00 | |
| 14 | Pneu 275.80 R22.5 liso | UN | 16,0 | 2.912,00 | |
| 15 | Pneu 9.17.5 liso | UN | 48,0 | 1.443,00 | |
| 16 | Pneu 750x16 borrachudo | UN | 10,0 | 1.095,00 | |
| 17 | Pneu 225.75 R16 | UN | 10,0 | 1.032,00 | |
| 18 | Pneu 175.70 R14 | UN | 32,0 | 463,00 | |
| 19 | Pneu 195.65 R15 | UN | 64,0 | 585,00 | |
| 20 | Pneu 185.70 R14-88 T | UN | 20,0 | 478,00 | |
| 21 | Pneu 1000x20 liso 16 lonas | UN | 18,0 | 1.082,00 | |
| 22 | Pneu 1000x20 borrachudo 16 lonas | UN | 40,0 | 2.378,00 | |
| 23 | Pneu 14.00-24 - 16 lonas | UN | 26,0 | 5.095,00 | |
| 24 | Pneu 12.4x24 - 10 lonas | UN | 10,0 | 2.750,00 | |
| 25 | Pneu 17.5x25 - L3 16 lonas | UN | 14,0 | 7.795,00 | |
| 26 | Pneu 12.5/80.18 12 lonas | UN | 10,0 | 2.779,00 | |
| 27 | Pneu 900x20 Borrachudo | UN | 12,0 | 1.855,00 | |

| | | | | | |
|----|-------------------------|----|------|-----------|--|
| 28 | Pneu 23.1-26 agricola | UN | 10,0 | 10.152,00 | |
| 29 | Pneu 19.5 L 24 12 lonas | UN | 16,0 | 5.533,00 | |
| 30 | Pneu 215/75 R16 | UN | 16,0 | 1.638,00 | |
| 31 | Pneu 185/60 R15 88H | UN | 16,0 | 586,00 | |
| 32 | Pneu 14.9 24 10 lonas | UN | 20,0 | 4.260,00 | |
| 33 | Pneu 18.4 24 10 lonas | UN | 12,0 | 7.020,00 | |
| 34 | Pneu 205/60 R16 | UN | 12,0 | 776,00 | |
| 35 | Pneu 9.17.5 borrachudo | UN | 24,0 | 1.560,00 | |

ASSINATURA E CARIMBO DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

ANEXO II

Pregão Eletrônico Nº 3/2022

**DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS
(DEVERÁ CONSTAR OBRIGATORIAMENTE NO ENVELOPE Nº 2)**

(Razão Social da LICITANTE), inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr.(a) infra-assinado, portador (a) da CI nº e do CPF nº....., declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(local), de de

Assinatura do representante legal e carimbo da empresa

ANEXO III

Pregão Eletrônico Nº 3/2022

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MÃO-DE-OBRA DE MENOR (DEVERÁ CONSTAR OBRIGATORIAMENTE NO ENVELOPE Nº 2)

..... (Nome da Empresa Licitante), inscrita no CNPJ nº, com sede na (endereço completo), por intermédio de seu representante legal , o (a) Sr.(a) infra-assinado, portador (a) da CI nº e do CPF nº....., para os fins de habilitação no Pregão 03/2022, DECLARA para fins no disposto no inciso V , art. 27 da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854/99 que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Ressalva: Emprega menor, a partir de quatorze anos na condição de aprendiz? Sim().
(Observação: em caso afirmativo assinalar a ressalva acima).

(local), de de

Assinatura do representante legal e carimbo da empresa

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

_____ (Nome da Empresa),
inscrita no CNPJ sob o nº _____, situada na Rua
_____, (endereço completo), por
intermédio de seu representante legal, o (a) Sr.(a) infra-
assinado, portador (a) da CI nº e do CPF nº....., declara, sob as penas
da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital do Pregão
Eletrônico nº 3/2022, quanto às condições de qualificação jurídica, de Regularidade fiscal,
e econômico-financeira, bem como de que está ciente e concorda com o disposto em
Edital em referência;

(local), de de

Assinatura do representante legal e carimbo da empresa

ANEXO V

MODELO DE CREDENCIAMENTO

Através do presente, credenciamos o Sr., portador da cédula de identidade nº e do CPF nº, a participar da licitação instaurada pelo Município de Vitória da Missões, na modalidade de Pregão Eletrônico, sob o nº 3/2022, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa (Razão Social da empresa), CNPJ/MF nº, bem como formular propostas e participar de todos os demais atos inerentes ao certame.

(local), de de

Assinatura do representante legal da empresa
(Com firma reconhecida)

ANEXO VI
MODELO

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICRO EMPRESA ou
EMPRESA DE PEQUENO PORTE

inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante _____ legal, _____ o(a) Sr. _____ (a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, e do seu contador, o (a) Sr. _____ (a.) _____, portador do CRC nº _____, DECLARA, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº 3/2022, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, está enquadrada como MICRO EMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006.

(data)

(representante legal)

(contador)

Obs: Esta declaração deverá ser entregue, na abertura da Sessão, no momento do credenciamento fora e separadamente dos envelopes (Documentação e Proposta) exigidos nesta licitação.

Esta declaração poderá ser substituída pela Declaração Simplificada emitida pela Junta Comercial que conste o referido enquadramento.

ANEXO VII

(MODELO)

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE DA EMPRESA

À Comissão de Licitação Permanente

A empresa....., inscrita no CNP sob nº....., estabelecida no endereço....., através de seu representante legal, DECLARA, sob as penas da lei, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

(local), de de

Representante Legal da Empresa

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO

A Empresa, CNPJ nº....., situada na Rua, nº....., na cidade de, neste ato representado por seu(sua) titular Sr.(a)....., (nacionalidade), (estado civil), portador da Carteira de Identidade Civil RS nº....., CPF nº....., declara que não possui em seu quadro societário, servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

(local), de de

Representante Legal da Empresa

Vitória das Missões (RS), 17 de fevereiro de 2022

Exmo. Sr.
CORNÉLIO LUÍS GRIMM
Prefeito Municipal

Assunto: Autorização para abertura de Processo Licitatório REGISTRO DE PREÇOS–
Modalidade 3 – Aquisição de pneus novos para atender as necessidades das Secretarias
Municipais e Gabinete do Prefeito.

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Pelo presente peço-lhe autorização para abrir Processo de Licitação,
Modalidade Pregão Eletrônico **Nº 3/2022**, para aquisição de Aquisição de pneus novos
para atender as necessidades das Secretarias Municipais e Gabinete do Prefeito. A
referida despesa se enquadrará nas dotações orçamentárias específicas da Secretaria de
Educação.

Atenciosamente,

Aline Bedim
Chefe do Departamento de Compras.

Autorizo a abrir o processo acima mencionado.

Em 17/02/2022

CORNÉLIO LUÍS GRIMM
Prefeito Municipal.